

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Número do processo: 2026/029

### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pagamento eletrônico com cartões de crédito e débito, que ofereça bipartição automática de valores arrecadados, bem como integração para baixa automática dos débitos junto à empresa Spiderware Consultoria em Informática Ltda.

A solução deverá contemplar tanto a disponibilização de equipamentos físicos (POS e mPOS) quanto a plataforma de e-commerce (gateway/API), permitindo total controle e rastreabilidade das transações financeiras. Deve-se, inclusive, considerar a aceitação das bandeiras: Visa (crédito), Visa Electron (débito), Mastercard (crédito), Maestro (débito) e Elo (crédito e débito).

Conforme o disposto no inciso II do art. 5º-E da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, com redação conferida pela Lei nº 14.386, de 27 de junho de 2022, constitui fonte de receita do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre os valores arrecadados a título de contribuições, anuidades, taxas, serviços e multas devidos por profissionais e pessoas jurídicas.

No que se refere às receitas dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), nos termos do inciso I do art. 5º-F da referida norma legal, corresponde-lhes o percentual de 80% (oitenta por cento) sobre os mesmos valores arrecadados a título de contribuições, anuidades, taxas, serviços e multas devidos por profissionais e pessoas jurídicas.

Ainda sobre a matéria, o § 1º do art. 10 do Regimento Interno do CONFEF estabelece que as anuidades, contribuições, taxas, multas e emolumentos deverão ser processados, obrigatoriamente, por meio de sistema de cobrança compartilhada,

observando-se a proporção de 80% (oitenta por cento) para os CREFs e 20% (vinte por cento) para o CONFEEF, mediante crédito em conta corrente específica deste último.

Ressalte-se, ademais, que os CREFs, atualmente, prestam contas ao CONFEEF das receitas arrecadadas por intermédio de cartão de crédito, boleto bancário com cobrança centralizada e sistema de pagamento instantâneo (Pix). Considerando-se a viabilidade de automação desse procedimento, é possível a ampliação do uso do serviço com o intuito de facilitar tanto a apuração quanto o repasse dos valores devidos ao CONFEEF.

Até o ano de 2024, os CREFs possuíam aproximadamente 56.833 (cinquenta e seis mil, oitocentos e trinta e três) pessoas jurídicas e 528.553 (quinhentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e três) pessoas físicas inscritas e ativas no sistema cadastral. No ano de 2024, a arrecadação realizada por meio de cartões de crédito e débito totalizou R\$ 55.174.747,00 (cinquenta e cinco milhões, cento e setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais).

Esse valor está apresentado no item 9.1 do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) e foi obtido com base na análise dos extratos bancários fornecidos pelos CREFs por meio da plataforma efControl. A tabela detalhada referente ao ano mencionado também está disponibilizada no referido item do ETP.

Observou-se um aumento expressivo nos repasses das receitas arrecadadas pelos CREFs por meio de cartões de crédito e débito nos anos de 2022, 2023 e 2024, conforme demonstrado no item 9.1 deste Estudo.

Diante desse crescimento, da ampla disponibilidade de serviços de tecnologia no mercado e da comprovação da eficácia de soluções similares já contratadas por diversos órgãos públicos, esta Equipe de Planejamento vislumbra a necessidade de aquisição do objeto proposto. A medida visa conferir maior celeridade e confiabilidade ao processo de apuração, bem como mitigar eventuais perdas decorrentes de falhas humanas.

### **3. ÁREA REQUISITANTE**

### 3.1. Coordenadoria de Controle de Desempenho e Finanças

Responsável: Valéria Anacleto

## 4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação está devidamente previsto no plano de contratação anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 03101148000100-0-000001/2026;
- Data de publicação no PNCP: 03/12/2025;
- Id do item no PCA: 1;
- Classe/Grupo: 711 – Serviços de Intermediação financeira, exceto serviço bancário de investimento, serviços de seguro e de pensão;
- Identificador da Futura Contratação: 925042-1/2026

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A definição dos requisitos da contratação tem por finalidade assegurar que a solução de pagamento eletrônico a ser contratada atenda de forma adequada e eficiente às necessidades institucionais do CONFEF e dos CREFs, observando os princípios da Administração Pública e as diretrizes estabelecidas na legislação aplicável.

Esses requisitos contemplam aspectos funcionais, tecnológicos, operacionais, de segurança, privacidade, sustentabilidade, bem como as condições de implementação, capacitação, manutenção e suporte técnico, estruturados nos subtópicos a seguir, em conformidade com o art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022.

### 5.1. Das necessidades de negócio e tecnológicas:

#### 5.1.1. Requisitos de negócio

A crescente utilização de meios eletrônicos de pagamento exige soluções modernas,

seguras e eficientes, capazes de processar, dividir e repassar automaticamente os valores arrecadados conforme as definições para cada cobrança. A contratação é fundamental para garantir transparência e agilidade no repasse de recursos, evitando erros manuais e promovendo conformidade com os princípios administrativos.

A presente solicitação é feita em razão da necessidade de contratar uma solução de pagamento virtual para implementação de alternativa de pagamento, pelo site e aplicativo dos CREFs, que otimizem os processos de cobrança e facilitem a regularização dos débitos das pessoas físicas e jurídicas inscritas nos Conselhos Regionais.

A solução a ser contratada deverá:

5.1.1.1. Prestar os serviços de meios de pagamento: Transferência Eletrônica de Fundos (TEF), Point of Sale (POS) e pagamento online por site (gateway de pagamento para e-commerce), captura, transmissão, roteamento, processamento e liquidação de transações eletrônicas e manuais com cartões de débito e crédito.

5.1.1.2. Conciliar pagamentos e taxas cobradas pelos adquirentes (previsto x realizado) de acordo com cada modalidade de pagamento, com aceite das seguintes bandeiras: VISA (crédito), VISA ELECTRON (débito) e MASTECARD (crédito), MAESTRO (débito) e ELO (crédito e débito).

5.1.1.3. Realizar o repasse das transações que tramitaram e foram devidamente autorizadas, já descontando as taxas de administração, conforme percentuais e datas acordadas entre as partes.

5.1.1.4. Estabelecer previamente, ou seja, em sua apresentação, todas as taxas administrativas por bandeira e modalidade de pagamento para o cálculo do valor médio global. As modalidades para a indicação das taxas são:

- a) Operação de débito;
- b) Operação de crédito à vista;
- c) Operação de crédito parcelado de 2 a 6 vezes;
- d) Operação de crédito parcelado de 7 a 12 vezes.

### **5.1.2. Requisitos da arquitetura tecnológica**

A empresa contratada deverá fornecer uma solução integrada composta por:

- 5.1.2.1. Máquinas físicas (POS e mPOS) compatíveis com bandeiras de cartões de crédito e débito, além de QR Code e carteiras digitais;
- 5.1.2.2. Ambiente de e-commerce com API de integração (gateway de pagamento), para vendas online e cobranças recorrentes;
- 5.1.2.3. Funcionalidade de bipartição automática de valores, com divisão percentual ou fixa entre os entes recebedores;
- 5.1.2.4. Envio de relatórios gerenciais e financeiros completos diários. Adicionalmente, a solução deverá prover, preferencialmente via API ou por meio de relatórios estruturados (CSV/Excel), todos os dados necessários para permitir a conciliação automática das transações realizadas nos terminais POS, garantindo a baixa nos sistemas de gestão dos Conselhos sem a necessidade de intervenção manual.
- 5.1.2.5. Painel administrativo com filtros e exportação de dados;
- 5.1.2.6. Suporte técnico e capacitação dos usuários;
- 5.1.2.7. Terminais fixos de captura de transações (PINPAD) com tarja magnética, com tecnologia de chip e tecnologia de leitura por aproximação. Esta última permitirá o pagamento por meio da aproximação de cartões, celulares e pulseiras de pagamento;
- 5.1.2.8. Oferecer SIM Cards 3G/4G para utilização de terminais móveis;
- 5.1.2.9. Atualizações das versões dos equipamentos ou, quando não for possível, devido a problemas de compatibilidade, efetuar a troca por novo terminal atualizado, de maneira a evitar a recusa nas transações de cartões;
- 5.1.2.10. Serviço de gateway de pagamento para e-commerce, ou seja, ferramenta para a realização de pagamentos online seguros com cartão de crédito e cartão de débito para integrar aos sistemas online de pagamento de taxas e anuidades. Tal ferramenta deve oferecer sistema antifraude associado;

5.1.2.11. Sistema de operação de capturas de transações compatível com todas as versões de sistema operacional MS- Windows a partir do Windows 10;

5.1.2.12. Padrão de API para Integração: A plataforma deverá disponibilizar uma API (Gateway de Pagamento) baseada no estilo arquitetural REST (RESTful), utilizando o protocolo HTTPS e formato de dados JSON. A documentação da API deverá ser clara, completa e pública (ou de fácil acesso), detalhando todos os endpoints, métodos de autenticação (e.g., OAuth 2.0 ou API Key) e modelos de dados.

5.1.2.13. A API permitirá a integração de todas as operações (TEF e Gateway de pagamento) realizadas e as informações de pagamentos com os sistemas do CREFs. Os dados de pagamento essenciais são:

- a) Data e horário da operação;
- b) Valor bruto;
- c) Valor da taxa administrativa;
- d) Valor líquido;
- e) Identificação da máquina;
- f) Local de instalação da máquina – Subseção;
- g) Usuário que operou a transação;
- h) Modalidade de pagamento (crédito ou débito);
- i) Bandeira do cartão;
- j) Número de parcelas, no caso de pagamento com cartão de crédito;
- k) Indicação do pagador;
- l) Indicação de cancelamento ou estorno;
- m) Indicação de chargeback;
- n) Data do crédito.



5.1.2.14. Manual técnico e documentação da API (TEF e Gateway de pagamento), bem como disponibilizar suporte para implementação e integração com os sistemas do CREFs;

5.1.2.15. Ambiente de homologação para testes das ferramentas que serão desenvolvidas pelo CREFs utilizando-se da API;

5.1.2.16. Sistema web ao CONFEEF e aos CREFs, acessado de maneira restrita e segura, por meio de usuário e senha, que forneça as informações de todas as transações e os seguintes relatórios:

- a) De conciliação;
- b) De vendas a receber;
- c) De pagamentos cancelados e estornados.

5.1.2.17. Os relatórios devem permitir a extração dos dados do relatório em arquivo tipo CSV e/ou Excel.

5.1.2.18. Dispositivo de segurança contra reinstalações não autorizadas do sistema automatizado oferecido;

5.1.2.19. Recebimento via PIX: A solução deverá obrigatoriamente disponibilizar o recebimento de pagamentos via PIX. Para as transações online (gateway), a integração deverá prover a geração de QR Code dinâmico e a conciliação automática e em tempo real. Para os terminais físicos (POS/mPOS), deverá ser disponibilizada a opção de pagamento via QR Code.

## **5.2. Requisitos de Projeto e de Implementação**

5.2.1. A solução deverá disponibilizar API de integração (gateway de pagamento) devidamente documentada, com manuais técnicos, exemplos de uso, descrição de endpoints, parâmetros e métodos, compatível com linguagem PHP e sistema operacional Linux, garantindo aderência às práticas de mercado.

5.2.2. A contratada deverá disponibilizar ambiente de homologação para testes prévios da integração, garantindo que os sistemas dos CREFs possam validar todas as funcionalidades antes da entrada em produção.



5.2.3. Deverá ser observado o processo de desenvolvimento seguro, incluindo mecanismos de autenticação, autorização, criptografia de dados em trânsito e em repouso, bem como logs de auditoria para rastreabilidade das transações.

5.2.4. A contratada deverá fornecer suporte técnico para orientação e acompanhamento durante a etapa de implementação e integração da solução, até sua completa operacionalização nos sistemas dos CREFs.

5.2.5. A contratada deverá assegurar a interoperabilidade da solução com os sistemas internos dos CREFs, incluindo a integração por meio da API para as operações de captura, transmissão, roteamento, processamento, liquidação, conciliação e geração de relatórios gerenciais.

5.2.6. O projeto de implementação deverá contemplar cronograma detalhado, estabelecendo as etapas, prazos e responsáveis por cada fase, incluindo homologação, treinamento dos usuários, ativação da operação em produção e eventuais ajustes pós-implantação.

5.2.7. Toda a documentação técnica, incluindo guias de integração, manuais de operação e políticas de segurança, deverá ser entregue formalmente, em formato digital, de forma clara e atualizada.

5.2.8. A solução deverá ser implementada garantindo-se a continuidade operacional, de modo que não haja interrupção nos serviços de pagamento já existentes durante o processo de migração para a nova solução contratada.

### **5.3. Requisitos de implantação**

De acordo com o art. 16, inciso II, alínea “c” da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, os requisitos de implantação estabelecem as condições necessárias para a disponibilização da solução em ambiente de produção. Para a contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar, observam-se os seguintes requisitos:

5.3.1. A contratada deverá realizar a entrega de todos os equipamentos físicos (POS, mPOS, PINPAD e SIM Cards) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, autorização formal ou instrumento equivalente emitido pelo CONFEEF, nos locais por ele indicados, em todo



o território nacional, responsabilizando-se, quando aplicável, pela instalação, configuração, parametrização e ativação dos equipamentos em ambiente de produção.

5.3.1.1. Nos casos de reposição, substituição e/ou expansão do quantitativo de equipamentos, a contratada deverá realizar a entrega no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da solicitação formal emitida pelo CONFEEF.

5.3.2. A contratada deverá fornecer e disponibilizar a integração completa da solução de pagamento (TEF e gateway/API) com os sistemas dos CREFs, incluindo o fornecimento da documentação técnica e dos manuais de integração, além do suporte técnico necessário durante o processo.

5.3.3. A contratada deverá disponibilizar ambiente de homologação para testes prévios à implantação em produção, garantindo a estabilidade e funcionalidade da solução antes do seu uso definitivo.

5.3.4. A contratada deverá realizar treinamento para os usuários indicados pelo CONFEEF e pelos CREFs antes do início da operação, abrangendo o uso dos equipamentos, da plataforma web e dos relatórios gerenciais, bem como o processo de conciliação de transações.

5.3.5. A implantação da solução deverá ocorrer de forma gradual e controlada, conforme cronograma previamente acordado entre as partes, abrangendo a entrega dos equipamentos, orientação para instalação e ativação remota, integração com os sistemas do CONFEEF e dos CREFs, realização de testes em ambiente de homologação e validação final em ambiente de produção.

5.3.6. Deverá ser assegurado o suporte técnico durante e após a implantação, para solucionar eventuais problemas de configuração, integração ou operação, até a completa estabilização da solução.

#### **5.4. Requisitos de segurança e privacidade**

5.4.1. A Solução a ser contratada deve:

5.4.1.1. Comprovar, no ato da assinatura do contrato, que dispõe da certificação PCI-DSS (Payment Card Industry – Data Security Standard). O PCI Security Standards Council, conselho formado pelas empresas American Express, Discover Financial Services, JCB International, MasterCard e Visa estabeleceu, em 2006, as regras e normas que garantem a segurança durante o manuseio dos dados de cartões de crédito em transações eletrônicas. Este conjunto de regras visa proteger estabelecimentos e consumidores de fraudes relacionadas ao compartilhamento de dados de cartão com terceiros, expondo o consumidor ao risco de uma fraude. Estabelecimentos que não estão em conformidade com as normas, estão sujeitos a multas e até ao descredenciamento por parte das operadoras de cartões de crédito.

5.4.1.2. Seguir boas práticas de mercado e legislações vigentes para segurança e privacidade de dados, incluindo instituição de Política de Segurança da Informação e rotinas de proteção de ambientes computacionais, como firewall e antivírus por exemplo.

5.4.1.3. Garantir a segurança física e lógica dos servidores que armazenam a Solução de pagamento, bem como de todo o processamento das transações de pagamento.

5.4.1.4. Garantir a segurança física e lógica de todos os dados de pagamento e de clientes durante o processamento das transações.

5.4.1.5. Permitir que os CREFs recebam os pagamentos sem precisar ter qualquer contato e/ou registro de dados de pagamento, nem dados pessoais além daqueles os quais já possui para a realização de suas funções.

5.4.1.6. Entregar o gateway de pagamento através de API que possibilite os CREFs direcionar o acesso do usuário na internet para um ambiente de pagamento seguro, próprio do fornecedor, de modo que os Conselhos não precisem fazer captura nem registro de dados de pagamento dos usuários do serviço.

5.4.1.7. Utilizar rotinas de criptografia aderentes aos padrões estabelecidos pelas instituições financeiras em todas as comunicações referentes ao processamento das transações.



5.4.1.8. Fornecer todos os acessos sensíveis envolvidos no serviço (incluindo o portal de transações) com comunicação criptografada e autenticada através de usuário e senha forte.

5.4.1.9. Apresentar formas de checagem da integridade e identificação das máquinas entregues para garantir que não houve troca nem adulteração do equipamento no transporte.

5.4.2. Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): A contratada deverá atuar em total conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), tratando os dados pessoais dos inscritos estritamente para as finalidades do contrato e sob as diretrizes do CONFEEF (Controlador). Deverá, ainda, apresentar sua política de proteção de dados e detalhar em contrato suas responsabilidades como Operadora, incluindo procedimentos para atendimento a requisições de titulares e para notificação de incidentes de segurança.

## **5.5. Requisitos de capacitação**

A Solução a ser contratada deve:

5.5.1. Fornecer treinamento de uso dos equipamentos, após concluídos os testes e a parametrização. Este treinamento deverá ocorrer, preferencialmente, de forma presencial, sendo admitido em caso de impossibilidade, a realização de forma híbrida.

5.5.2. Ministrará treinamento para o uso do sistema de relatórios. Este treinamento poderá ocorrer via online.

5.5.3. Prestar suporte técnico à Contratante no que diz respeito à Solução contratada, suas funcionalidades, base de dados, operações, utilitários, equipamentos e documentações.

## **5.6. Requisitos de manutenção**

A Solução a ser contratada deve:

5.6.1. Conceder suporte em tempo integral (24x7) para a manutenção dos meios de captura das transações sem custos adicionais, conforme regras do SLA. O nível de serviço será medido por meio dos seguintes indicadores principais:

5.6.1.1. Disponibilidade da Solução de Pagamento (POS/mPOS e Gateway/API);

5.6.1.2. Prazo de atendimento e resolução de chamados técnicos;

5.6.1.3. Oferecer, pelo menos, um contato telefônico para solicitação de suporte técnico;

5.6.1.4. Oferecer um canal para solicitação expressa do suporte, podendo ser um sistema próprio, um chat ou até mesmo um e-mail;

5.6.1.5. Realizar a troca e entrega de equipamentos, em caso de avarias irreparáveis. Os equipamentos com defeitos devem ser substituídos por outros em perfeito funcionamento e com as mesmas características, sem qualquer ônus para os CREFs, em até 24 horas.

5.6.1.6. Acompanhar e monitorar a operacionalidade do sistema contratado e suas interfaces com as Instituições Financeiras Brasileiras para identificar defeitos e iniciar procedimentos aplicáveis para a comunicação e alerta dessas ocorrências aos responsáveis pela resolução dos problemas identificados para a completa restauração das funcionalidades;

5.6.1.7. Fornecer todos os insumos necessários para a boa operação dos terminais, como as bobinas, por exemplo;

5.6.1.8. Nomear um gerente comercial para atendimento, fornecendo seu e-mail e telefone para tratar de assuntos relevantes para os CREFs. Se houver substituição do funcionário a contratada deve comunicar aos CREFs imediatamente, através de e-mail ou ofício indicando o novo contato;

5.6.1.9. Permitir a parametrização de, pelo menos, 6 (seis) perfis, com acesso via login e senha, para possibilitar aos CREFs a segregação de informações entre os seus colaboradores;

5.6.1.10. Ao término de cada operação, o equipamento deve emitir o comprovante em duas vias nos casos da modalidade POS. Estas vias devem conter o valor, a data e a hora da realização da transação. O comprovante de

pagamento na modalidade TEF será impresso ou encaminhado por e-mail através de Solução própria dos CREFs que será desenvolvida e implementada pela TI;

5.6.1.11. Solucionar divergências no relatório de conciliação e regularizar as informações em até 15 dias;

5.6.2. Não serão consideradas indisponibilidades, para fins de medição do SLA, as seguintes situações:

5.6.2.1. Paradas programadas pela Contratada, desde que previamente aprovadas pelo CONFEEF. A solicitação da parada programada deve ser feita com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, informando data, horário, duração estimada e justificativa técnica;

5.6.2.2. Paradas internas sob responsabilidade do CONFEEF ou dos CREFs, incluindo indisponibilidades causadas por infraestrutura própria, sistemas internos ou falhas em equipamentos não fornecidos pela Contratada;

5.6.2.3. Atrasos ou interrupções nos serviços decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

5.6.3. A solução deverá apresentar disponibilidade mínima de 99,9% ao mês, apurada em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), para todos os serviços críticos prestados, incluindo terminais POS/mPOS e gateway de pagamento.

5.6.4. Prazos de atendimento e solução de chamados técnicos:

5.6.4.1. Incidentes classificados como críticos (indisponibilidade total da solução ou impossibilidade de processamento de pagamentos) deverão ser atendidos em até 30 (trinta) minutos e solucionados em até 4 (quatro) horas;

5.6.4.2. Incidentes de médio impacto (falhas parciais, lentidão acentuada, dificuldades de acesso a relatórios) deverão ser atendidos em até 1 (uma) hora e solucionados em até 12 (doze) horas;

5.6.4.3. Incidentes de baixo impacto (dúvidas operacionais, solicitações de ajustes não urgentes) deverão ser atendidos em até 4 (quatro) horas e solucionados em até 24 (vinte e quatro) horas.

5.6.5. Penalidades por descumprimento do SLA: O descumprimento das condições mínimas de disponibilidade e dos prazos de atendimento e solução estabelecidos implicará em aplicação de penalidades previstas contratualmente, podendo incluir descontos proporcionais nos valores faturados, multas ou rescisão contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis.

### 5.7. Requisitos temporais

Os requisitos temporais estabelecem os prazos máximos para a execução das atividades relacionadas à implantação e operacionalização da solução contratada. Tais prazos são fundamentais para garantir o cumprimento dos objetivos do projeto dentro do cronograma previsto, assegurando que a entrega, integração, testes, capacitação e ativação da solução ocorram de maneira eficiente e coordenada entre as partes envolvidas.

Além disso, a definição clara desses prazos contribui para o acompanhamento e controle da execução contratual, promovendo transparência e mitigando riscos decorrentes de atrasos ou falhas no processo de implementação.

<b>Etapas</b>	<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Máximo para Início</b>	<b>Prazo máximo para conclusão</b>
1	Integração da API (gateway/TEF) com os sistemas dos CREFs	Contratada + CONFEEF	Até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato	Até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do contrato
2	Disponibilização de ambiente de homologação para integração e testes com os sistemas dos CREFs	Contratada + CONFEEF	Até 10 (dez) dias úteis após a realização da Etapa 1	Até 15 (quinze) dias úteis após a realização da Etapa 1
3	Realização de testes de homologação e validação funcional	Contratada + CONFEEF	Imediatamente após a conclusão da Etapa 2	Até 10 (dez) dias úteis após a conclusão da Etapa 2
4	Ativação da solução em ambiente de produção (POS, mPOS e gateway/API)	Contratada + CONFEEF	Imediatamente após a conclusão da Etapa 3	Até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da Etapa 3
5	Treinamento dos usuários	Contratada	Imediatamente	Até 5 (cinco)



<b>Etapa</b>	<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Máximo para Início</b>	<b>Prazo máximo para conclusão</b>
	indicados pelo CONFEEF e CREFs (presencial e/ou online)		após a conclusão da Etapa 4	dias úteis após a conclusão da Etapa 4
6	Entrega dos equipamentos (POS, mPOS, PINPAD, SIM Cards) no local indicado pelo CONFEEF	Contratada	Imediatamente após a conclusão da Etapa 5	Até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da Etapa 5
7	Estabilização e/ou Conferência junto ao Sistemas dos CREFs	Contratada + CONFEEF	Imediatamente após a conclusão da Etapa 6	Até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da Etapa 6
8	Suporte pós-implantação	Contratada	Imediatamente após a conclusão da Etapa 6	Até 5 (cinco) dias úteis da conclusão da Etapa 6
9	Suporte técnico e manutenção corretiva e preventiva durante a vigência do contrato	Contratada	Durante toda a vigência contratual	Durante toda a vigência contratual

5.7.1. O prazo máximo estimado para execução das atividades até a conclusão da etapa 7 (estabilização e suporte pós-implantação) é de 55 (cinquenta e cinco) dias úteis, considerando os prazos definidos para cada fase, conforme detalhado no cronograma.

5.7.2. Considerando a possibilidade de imprevistos técnicos, operacionais ou logísticos, bem como a necessidade de contemplar eventuais períodos de paralisação e ajustes, estabelece-se um prazo de tolerância adicional, totalizando até 80 dias úteis para a conclusão dessas etapas.

5.7.3. Essa margem de tolerância corresponde a aproximadamente 50% do prazo inicialmente previsto, visando garantir a segurança e a viabilidade do cronograma, sem prejuízo para a qualidade e eficiência da implantação da solução.

5.7.4. O prazo foi estipulado considerando a abrangência nacional da contratação, bem como a necessidade de garantir a plena funcionalidade da solução de pagamento eletrônico com bipartição automática de valores, observando práticas de mercado e os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade.

## **5.8. Requisitos sociais, ambientais e culturais**

De acordo com o art. 16, inciso I, alínea “g” da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, e observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a solução de pagamento eletrônico objeto desta contratação deverá atender aos seguintes requisitos sociais, ambientais e culturais:

5.8.1. A contratada deverá observar integralmente as normas ambientais vigentes no território nacional, incluindo aquelas relacionadas à gestão de resíduos eletrônicos e poluição ambiental, responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada dos equipamentos fornecidos, quando inservíveis ou obsoletos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e regulamentos correlatos.

5.8.2. A contratada deverá promover, sempre que possível, a utilização de materiais recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental nos insumos relacionados à operação do serviço, como bobinas para impressão de comprovantes.

5.8.3. Será exigido, no âmbito do contrato, o respeito à legislação trabalhista e previdenciária, especialmente no que se refere à vedação de trabalho infantil, trabalho escravo, degradante ou em condições análogas.

5.8.4. Deverá ser garantido o atendimento em língua portuguesa em todos os canais de suporte, documentação técnica e interfaces de usuário dos sistemas fornecidos, compatibilizando-se com os costumes e necessidades linguísticas do público-alvo da contratação, respeitando as especificidades culturais locais.

## **5.9. Requisitos de sustentabilidade**

Considerando os princípios da Administração Pública, especialmente os relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental, a contratação dos serviços de pagamento eletrônico com cartões de crédito e débito para o CONFEEF deverá observar os seguintes requisitos de sustentabilidade:

5.9.1. É de total responsabilidade da contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição

ambiental, logística reversa, descarte e destinação final de equipamentos e resíduos eletrônicos.

5.9.2. A contratada deverá providenciar, sempre que aplicável, a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos (POS, mPOS, terminais, bobinas e acessórios) que se tornarem inservíveis, observando a legislação específica sobre resíduos eletroeletrônicos.

5.9.3. Os equipamentos fornecidos devem priorizar o uso de materiais recicláveis e/ou reciclados, quando tecnicamente viável, além de observar critérios de eficiência energética e menor impacto ambiental em sua produção e operação.

A contratada deverá adotar boas práticas de responsabilidade socioambiental, incluindo:

- a) Redução de consumo de papel, com incentivo ao uso de comprovantes digitais;
- b) Utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis para o transporte de equipamentos;
- c) Redução da emissão de poluentes, considerando a logística de transporte e entrega dos equipamentos.

5.9.4. Sempre que solicitado, a contratada deverá apresentar declarações ou documentos que comprovem o atendimento aos requisitos de sustentabilidade, inclusive em relação às certificações ambientais aplicáveis.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E SOLUÇÕES**

Os CREFs dispõem de vias de atendimento diversificadas para que os profissionais de educação física negociem seus débitos. Dentre elas, listam-se:

- a) O atendimento presencial na sede e subseções;
- b) O pagamento pelo site;
- c) O Projeto CREFs na Área que propicia a realização de atendimentos em diferentes localidades em todo Estado;

- d) As conciliações que permitem a realização de acordos de débitos executados para a suspensão dos processos judiciais.

Dadas às características próprias de atendimento, cada via acima necessita de uma solução tecnológica diferente de pagamento. Para o correto dimensionamento da demanda é necessário compreender as soluções disponíveis no mercado:

- Point of Sale (POS)
- Transferência Eletrônica de Fundos (TEF)
- Gateway de Pagamento (e-commerce)

Abaixo, para justificar as opções técnicas deste ETP, são detalhadas as funcionalidades POS, TEF e e-commerce, que acobertam, atualmente, as principais formas de prestação dos serviços financeiros em questão. Note-se que é utilizada a nomenclatura “funcionalidade” em detrimento da nomenclatura “Solução”, uma vez que o objetivo deste detalhamento não é escolher uma Solução a outra, mas trazer informações sobre elas, uma vez que as necessidades dos CREFs permeiam as três alternativas tecnológicas referenciadas.

### **6.1. Funcionalidade 1: Point of Sale (POS)**

O POS é uma sigla em inglês (Point of Sale) que na tradução para o português seria algo como “ponto de venda”. Esta Solução trata das maquininhas portáteis de pagamento com cartão. Elas não necessitam de automação comercial integrada, apenas precisam estar conectadas à internet para que a transação ocorra e contam com um visor, um teclado e uma impressora para imprimir o recibo de pagamento, o que dispensa outros equipamentos. O grande diferencial desse sistema de pagamento é a mobilidade.

Quem trabalha com delivery, por exemplo, pode enviar a maquininha até a casa do cliente, o que facilita o pagamento. Além disso, o custo da máquina é relativamente menor em relação ao TEF. Entretanto, o POS funciona apenas com uma adquirente. Assim, estabelecimentos que se utilizam dele e pretendem trabalhar com uma diversidade maior de cartões precisam adquirir várias maquininhas de adquirentes diferentes.

Esta Solução necessita, ainda, de cuidados em relação ao controle de transações e à gestão financeira do estabelecimento que o utiliza. É importante checar se as taxas cobradas pela empresa adquirente estão de acordo com o combinado em contrato.

Além disso, como a Solução não está integrada a um sistema de automação, a conciliação dos pagamentos é mais trabalhosa e demorada, porque é feita manualmente com a conferência dos comprovantes de pagamento impressos. Quanto mais maquininhas POS forem utilizadas, mais difícil fica a conferência dos pagamentos, de forma que é comum ocorrer dúvidas sobre os totais recebidos e se as taxas foram cobradas corretamente.

## **6.2. Funcionalidade 2: Transferência Eletrônica de Fundos (TEF)**

O TEF é um software que captura todas as transações e as encaminha para a operadora via internet. Ele é instalado nos computadores ligados ao caixa dos estabelecimentos, assim como o "Pin Pad" (a maquininha onde o cliente insere o cartão e digita a senha, que estará fixada no local).

Ao realizar uma transação, o sistema reconhece os dados do cartão e solicita a senha. Depois que a operação é autorizada, o comprovante é emitido junto com a nota fiscal.

O TEF suporta cartões de diversas bandeiras e identifica as respectivas taxas administrativas, tornando a opção um investimento mais econômico para estabelecimentos que aceitam diversos cartões de crédito e débito.

O TEF também facilita a conciliação de vendas, já que o processo é totalmente automatizado, tornando dispensável o arquivamento do recibo de cada transação. Por isso, essa Solução geralmente é adotada por estabelecimentos com grandes volumes de venda ou com vários caixas, como supermercados, por exemplo.

Outro benefício da TEF é a segurança, pois ela impossibilita erros de digitação relacionados ao valor a ser cobrado e é mais robusta diante de ataques que exploram as vulnerabilidades das maquininhas POS.

No entanto, a desvantagem da TEF é a falta de mobilidade, já que se faz necessário uma instalação fixa em um computador. Isso significa que o sistema não pode ir até o

cliente, o que dificulta o trabalho com delivery, por exemplo. Além disso, a instalação e manutenção de todo o equipamento, geralmente demanda a contratação de fornecedores e pessoal capacitado.

### 6.3. Comparativo Tipos de Terminais - POS x Pin Pad TEF)

Funcionalidade	POS	Pin Pad (TEF)
<b>Aceita diversas adquirentes diferentes</b>	Não. Apenas uma adquirente.	Sim. Permitindo aceitar grande variedade de cartões.
<b>Máquina sem fio</b>	Sim. Permitindo maior mobilidade.	Geralmente não. As máquinas são fixadas nos caixas do estabelecimento.
<b>Integrado a um sistema de automação</b>	Não. Por isso o fechamento das receitas é feito manualmente com a conferência das filipetas de cada transação.	Sim. Permitindo a conciliação das receitas, ou seja, comparar os valores registrados em caixa com os processados pelo sistema.
<b>Segurança da informação na cobrança do valor</b>	Inclusão do valor cobrado é feita manualmente.	O próprio sistema aponta o valor a receber evitando a ocorrência da digitação errada de valores.
<b>Custo da tecnologia</b>	O custo da máquina é relativamente menor que o TEF.	O custo é maior, entretanto torna-se um investimento econômico considerando a utilização de várias adquirentes e da automação do sistema.

### 6.4. Funcionalidade 3: Gateway de Pagamento (e-commerce)

Gateway de pagamento é uma interface para a realização das transações financeiras que conecta a loja virtual ou site com os adquirentes. Ele faz a captura dos dados e sua transmissão para que as transações sejam realizadas de forma rápida e segura, além de garantir o recebimento dos pagamentos pelos estabelecimentos comerciais.



Alguns gateways têm serviços ampliados, isto é, além de fazer a intermediação dos pagamentos com diversas instituições financeiras, agregam outros serviços. Nesses casos, essas empresas são chamadas de facilitadores de pagamento.

Seguem abaixo alguns serviços disponibilizados pelos facilitadores de pagamento:

- **Adiantamento de recebíveis:** O administrador do e-commerce pode optar por receber os pagamentos via cartão de crédito em 30 (trinta) dias ou adiantar esses recebimentos, pagando uma taxa maior.
- **Split de pagamentos:** Quem opera um marketplace, isto é, vende produtos de outros e-commerces em sua plataforma, precisa dividir os valores das vendas e as comissões pagas. O split faz isso automaticamente.
- **Sistema antifraude:** Os gateways de pagamento não são responsáveis por fornecer essa funcionalidade, mas alguns facilitadores oferecem esse serviço sem custo extra.
- **Pagamento recorrente:** Academias, escolas, entre outras, precisam criar planos de adesão variados, e tornar esses pagamentos recorrentes. Isto é diferente do parcelamento. O que ocorre é que todo mês determinado valor é cobrado do cliente, sem comprometer o limite de seu cartão, como aconteceria no parcelamento. O uso desta modalidade, embora bem interessante, não é recomendável ao CREFs, porque ela apresenta riscos quanto a suspensão dos pagamentos e o não cumprimento dos acordos.
- **Painéis de gestão e dados de inteligência:** Os facilitadores de pagamento são gerenciados por painéis de controle administrativo, para que seja possível acompanhar e gerenciar as operações.

## **6.5. Aplicação das funcionalidades nos CREFs**

Como citado anteriormente, cada via de atendimento ao profissional apresenta uma demanda diferente.

O atendimento presencial que compreende uma alocação fixa e alto fluxo de recebimentos, seria mais beneficiado pela TEF em virtude da integração com o

sistema de automação que facilita a conciliação de pagamentos, possibilidade de integração com o sistema por meio de API e aceitação de múltiplos adquirentes.

Por ser uma máquina portátil que não precisa de equipamentos adicionais, o POS supre a demanda dos atendimentos feitos em conciliação e pelo projeto CREFs na Área que são programas de atendimento móvel.

O Gateway de pagamento, por sua vez, é a ferramenta que conferirá a possibilidade do pagamento online e seguro com cartões de débito e crédito, a vista ou parcelado no site do CREFs.

## **7. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES**

Não foram vislumbradas soluções concorrentes para atingimento dos objetivos do CONFEEF. Portanto, o objeto contratual permitirá a realização de transações a débito e a crédito por meio da utilização de terminais físicos de pagamentos e e-commerce.

Em atendimento às exigências da IN 94, de 2022, passa-se a analisar, especificamente, cada alínea do inciso II, do artigo 11, a seguir:

### **7.1. Disponibilidade de Solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública**

Trata-se de Solução comumente contratada por outros órgãos da Administração Pública. Dentro do Sistema CONFEEF/CREFs, como já citado, o pagamento de anuidades profissionais, taxas de serviços e multas com cartões de crédito e débito nos Conselhos Regionais de Educação Física foi regulamentado pela Resolução CONFEEF nº 504/2023, que “disciplina as modalidades de arrecadação de valores relativos às contribuições, anuidades, taxas, serviços e multas devidos pelos Profissionais de Educação Física e pelas Pessoas Jurídicas do Sistema CONFEEF/CREFs e dá outras providências”.

Desde a publicação dessa norma, a Solução passou a ser utilizada de forma exitosa por diversos CREFs do país. Atualmente, os CREFs 3 a 8, 12 a 15 e 18 a 22 utilizam o meio de arrecadação via cartão, demonstrando maturidade da solução e aderência às necessidades operacionais dos Conselhos Regionais.

## **7.2. As alternativas do mercado**

O mercado atual apresenta inúmeras empresas que atuam como credenciadores multibandeiras, oferecendo soluções para a realização de pagamentos por meio de terminais físicos e pelo e-commerce.

Os CREFs objetivam contratar tais serviços com:

- Terminais físicos na modalidade TEF (Pin Pads) para os pontos de atendimento fixos na Sede e unidades descentralizadas de atendimento ao Profissional de Educação Física,
- Terminais físicos portáteis POS para serem utilizados nos programas de atendimentos móveis (Projeto CREFs na área e conciliações judiciais presenciais),
- Gateway de pagamento com sistema antifraude para pagamento com cartões de crédito e débito no site dos CREFs.

### **7.2.1. A existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016**

A Instrução Normativa 94, de 2022, estabelece no artigo 11, inciso II, alínea c, que ao fazer a análise comparativa de soluções no Estudo Técnico Preliminar, é preciso aferir a existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações.

Tal plataforma dispõe sobre a plataforma tecnológica pública que disponibiliza compartilhamento e desenvolvimento de softwares e projetos de software de forma gratuita, na intenção de que possa ser útil à administração pública e à sociedade. São serviços disponibilizados no Portal do Software Público Brasileiro e visam facilitar o desenvolvimento colaborativo dos softwares.

Entretanto, esta Solução não se aplica ao objeto da presente contratação, tendo em vista que os serviços de pagamento eletrônico, incluindo fornecimento de equipamentos POS/mPOS, gateway/API de pagamento e funcionalidades de bipartição automática de valores, dependem de infraestrutura, certificações específicas do setor financeiro (como PCI-DSS) e integrações com instituições

bancárias e operadoras de cartões, não sendo passíveis de atendimento por meio de softwares públicos disponibilizados no referido portal. Dessa forma, não há solução disponível no Portal do Software Público Brasileiro que atenda, de forma adequada e segura, às necessidades identificadas neste Estudo Técnico Preliminar.

### **7.2.2. As políticas, os modelos e os padrões de governo**

Acrescenta-se que a Instrução Normativa 94, de 2022, também no artigo 11, inciso II, alínea d, estabelece que ao fazer a análise comparativa de soluções no Estudo Técnico Preliminar, é preciso observar as políticas, os modelos e os padrões de governo.

Todavia, não se aplicam ao objeto: os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil.

Tal dispensa se justifica considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de pagamento eletrônico por meio de equipamentos e soluções integradas, envolvendo processamento de transações financeiras, repasse automático de valores e integração com sistemas dos CREFs e do CONFEEF. Trata-se de solução de mercado especializada, cuja implementação não depende de desenvolvimento próprio de software ou sistemas de gestão arquivística, tampouco exige padrões de interoperabilidade, acessibilidade, web, certificação digital via ICP-Brasil ou gestão arquivística de documentos eletrônicos previstos nos modelos e padrões mencionados. Portanto, tais políticas e modelos não impactam ou são aplicáveis à natureza e às especificidades desta contratação.

### **7.2.3. Os diferentes modelos de prestação do serviço**

Em relação aos arranjos de pagamento realizados por meio de operações com cartões de débito e crédito, conforme minuciados neste ETP, prestam-se por meio de

terminais de pagamento físicos ou eletronicamente ou por meio das funcionalidades do chamado e-commerce.

Sobre arranjo de pagamentos em si, isto é, o fluxo desde a operação de venda a débito ou crédito, realizada entre lojista e portador, bem como a relação entre bandeira, emissor, credenciadores e facilitadores de pagamento, desde o efetivo pagamento até a liquidação dos valores aos lojistas, o mecanismo básico de funcionamento do mercado é definido dentro do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), correndo dentro de uma padronização normativa, regulamentada pelo BACEN, por meio do Conselho Monetário Nacional.

Assim sendo, coube à equipe de planejamento da contratação, a partir da definição das necessidades dos CREFs, definir qual alternativa tecnológica desejava para os terminais de pagamento físico, que virão a propiciar aos profissionais de educação física, em atendimentos presenciais, a facilidade da realização de pagamentos in loco, bem como definir os requisitos tecnológicos necessários à implementação do e-commerce (por meio de APIs etc.).

Em relação ao modelo comercial, os pagamentos devidos às credenciadoras (e consequentemente, às bandeiras, emissores e facilitadoras de pagamento etc.) correm por meio da taxa de desconto ou MDR (Merchant Discount Rate), que corresponde a um percentual de desconto cobrado do lojista sobre cada compra, geralmente definidos por tipo de operação (crédito ou débito), e tempo de liquidação (à vista ou parcelado).

Os CREFs, em relação à modulação das MDRs e acompanhando a grande maioria dos projetos da Administração de referência, dividiu em: débito, crédito à vista (1 prestação), crédito parcelado entre 2 e 6 prestações e crédito parcelado entre 7 e 12 prestações.

Ainda, tendo em vista que a manutenção da Solução de pagamentos vem a gerar custos relacionados aos terminais de pagamento fornecidos, insumos tais como bobinas para impressão de comprovantes de pagamentos ou SIM Cards 3G/4G para utilização de terminais móveis, foi observado que estes gastos podem ser direcionados aos lojistas, que poderão pagar taxas de uso por equipamento ou mensalidades para afiliação em e-commerce OU em modelos mais robustos de contratação, há

fornecimento de equipamentos em regime de comodato e os custos com a manutenção da Solução como um todo correm por conta das próprias prestadoras de serviços.

Os CREFs, acompanhando exemplo de outros projetos da Administração, definiram que os custos com a manutenção da Solução e fornecimento de equipamentos deverão ser acobertados pela licitante contratada. Observe-se que tal definição encontra amparo em outros projetos da Administração que, mesmo tendo previsto o pagamento de taxas por uso de terminais de pagamento, no momento das licitações, tiveram esses custos zerados ou taxados simbolicamente nas propostas comerciais dos fornecedores selecionados.

#### **7.2.4. Os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes**

Não se aplica ao objeto contratual, visto que os serviços em questão são ofertados de forma semelhante em relação às necessidades dos CREFs.

#### **7.2.5. A possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço**

Para o objeto desta contratação, não se aplica a modalidade de aquisição de bens, tendo em vista que se trata de serviço de tecnologia da informação, cuja natureza envolve a prestação contínua de serviços de processamento de pagamentos eletrônicos. Os terminais de pagamento eventualmente fornecidos integram a solução contratada e serão disponibilizados em regime de comodato, conforme as condições estabelecidas no contrato, não configurando aquisição direta de bens pela Administração.

#### **7.2.6. A ampliação ou substituição da Solução implantada**

Em relação a uma eventual ampliação da Solução, ressalta-se que, caso haja incremento na expectativa de recebimentos, essa ampliação deverá observar os limites e condições previstos na Lei nº 14.133, de 2021. No que se refere à possível expansão de unidades de atendimento presencial dos CREFs, o Termo de Referência



deverá estabelecer que caberá à Contratada o fornecimento de terminais adicionais sempre que necessário, observadas as condições comerciais previamente definidas no contrato.

Importante destacar que, até o momento, não há previsão formal de expansão de unidades de atendimento, de modo que as licitantes poderão apresentar suas propostas comerciais tomando por base o quantitativo de terminais de pagamento descrito no Termo de Referência.

Por fim, ressalta-se que não se aplica o conceito de ampliação da Solução para as operações via e-commerce, considerando que essa modalidade de serviço não depende de instalações físicas ou de pontos específicos de atendimento, tratando-se de serviço de processamento de pagamentos em ambiente virtual.

## **8. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)**

### **8.1. Vigência da contratação**

Esta Equipe de Planejamento propõe um período de vigência contratual ampliado visto que tornará a contratação mais atrativa para o mercado de meios de pagamento, considerando fatores como a diluição dos custos associados à implantação da solução (disponibilização de APIs, suporte à equipe de TI dos CREFs na integração de plataformas), à depreciação e manutenção dos terminais de pagamento, bem como, especialmente, à expectativa de maior volume de vendas e consequente incremento dos valores a serem arrecadados.

Do ponto de vista da Administração, além de favorecer melhores taxas de desconto aplicáveis às transações realizadas, um prazo ampliado de vigência proporciona ganhos de economicidade, tanto pela redução da frequência de renovações contratuais (processo que envolve diversas etapas e setores no âmbito do CONFEEF) quanto pela diminuição de custos administrativos relacionados, como publicações no Diário Oficial da União (DOU).

Em relação aos parâmetros utilizados para definição das taxas de desconto por tipo de operação e período de liquidação, esta Equipe de Planejamento utilizou exclusivamente, como fonte para definição de taxa de desconto referencial,

percentuais de licitações homologadas recentemente e contratos vigentes da Administração.

A respeito da tarefa de definição do Custo Total de Propriedade para as Soluções consideradas viáveis, conforme trazido no art. 11, III, a da IN SGD/ME nº 01/2019, cumpre informar que o presente ETP aborda a contratação de um serviço comum, Solução única definida por meio de requisitos de negócio e técnicos padronizados, os quais não vislumbramos quantidade de variáveis ou de modelos de contratação que ensejassem diferentes simulações de TCO.

Assim sendo, o ETP descreve um modelo de contratação em que a unidade de pagamento corresponderá exclusivamente à aplicação de Taxa de Desconto (MDR) sobre as vendas realizadas, que deverá ser precificada pela Contratada para acobertar todos os custos decorrentes da operação da Solução, não havendo previsão de qualquer cobrança específica relacionada ao uso dos recursos de tecnologia da informação necessários para o seu implemento. A taxa de desconto acobertará, inclusive, custos com o treinamento, fornecimento e manutenção dos terminais POS e TEF exigidos pelo CREFs.

Por fim, na hipótese de substituição de contratada, existirão procedimentos de recolha e distribuição dos terminais de pagamento e disponibilização de webservice/APIs da nova prestadora.

## **9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A previsão de arrecadação via cartões de crédito e débito ao longo do contrato é de aproximadamente R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), sendo esse o volume estimado de transações a serem processadas pela solução contratada.

Tratando da quantidade de bens e serviços que compõem a Solução, o tópico abaixo tratará de explicar a metodologia adotada pela Equipe de Planejamento da contratação para estimar o custo anual do contrato, tendo como base o histórico do faturamento das operações realizadas por todos os CREFs e os valores repassados ao CONFEEF, nos anos de 2022 a 2024, de forma a chegar num percentual estimado para o contrato.

Ressalta-se que se trata de um serviço cuja adesão é facultativa aos CREFs, não sendo possível, nesta fase, identificar precisamente quais Regionais optarão por utilizar a solução. Todavia, com base no Termo de Cobrança Centralizada, há expectativa de que, no mínimo, 13 (treze) CREFs venham a aderir ao serviço inicialmente, o que fundamenta a estimativa de volume apresentada.

Destaca-se, por fim, que não foi possível separar os valores por tipo de operação (débito, crédito à vista, crédito parcelado 2 a 6 parcelas, crédito parcelado 7 a 12 parcelas e e-commerce) e bandeiras (VISA, VISA ELECTRON, MASTERCARD, MAESTRO, ELO).

#### 9.1. Faturamento do Sistema CONFEEF/CREFs (volume de transações em R\$)

CREFs	2022 - Somente anuidades			
	A	B	C	D
	20% CONFEEF	80% CREF	Total	Receita de cartões
CREF1	2.957.791,74	11.831.166,96	14.788.958,70	-
CREF2	2.190.423,20	8.761.692,80	10.952.116,00	-
CREF3	2.335.458,44	9.341.833,76	11.677.292,20	-
CREF4	1.065.018,58	4.260.074,32	5.325.092,90	-
CREF5	1.018.165,53	4.072.662,12	5.090.827,65	890.620,53
CREF6	2.564.617,15	10.258.468,60	12.823.085,75	928.329,66
CREF7	906.576,42	3.626.305,68	4.532.882,10	-
CREF8	788.349,48	3.153.397,92	3.941.747,40	239.407,47
CREF9	2.423.162,13	9.692.648,52	12.115.810,65	-
CREF10	471.882,10	1.887.528,40	2.359.410,50	429,54
CREF11	673.269,55	2.693.078,20	3.366.347,75	-
CREF12	1.410.495,98	5.641.983,92	7.052.479,90	808.466,27

CREF13	677.271,14	2.709.084,56	3.386.355,70	1.362.776,30
CREF14	900.734,99	3.602.939,96	4.503.674,95	405.647,21
CREF15	363.414,88	1.453.659,52	1.817.074,40	135.408,76
CREF16	601.169,34	2.404.677,36	3.005.846,70	-
CREF17	656.331,53	2.625.326,12	3.281.657,65	-
CREF18	624.700,70	2.498.802,80	3.123.503,50	541.172,42
CREF19	349.516,87	1.398.067,48	1.747.584,35	876,34
CREF20	358.925,59	1.435.702,36	1.794.627,95	-
CREF21	367.523,80	1.470.095,20	1.837.619,00	-
CREF22				
<b>TOTAL</b>	<b>23.704.799,14</b>	<b>94.819.196,56</b>	<b>118.523.995,70</b>	<b>5.313.134,50</b>

Percentual da arrecadação com  
cartões

4%

CREFs	2023 - Somente anuidades			
	A	B	C	D
	20% CONFED	80% CREF	Total	Receita de cartões
CREF1	4.805.638,72	19.222.554,88	24.028.193,60	
CREF2	2.572.071,45	10.288.285,80	12.860.357,25	
CREF3	2.442.176,55	9.768.706,20	12.210.882,75	3.463.044,75
CREF4	6.638.616,20	26.554.464,80	33.193.081,00	
CREF5	1.201.330,02	4.805.320,08	6.006.650,10	2.494.515,60
CREF6	2.917.711,33	11.670.845,32	14.588.556,65	2.285.576,41
CREF7	957.128,40	3.828.513,60	4.785.642,00	
CREF8	1.025.309,73	4.101.238,92	5.126.548,65	339.609,99
CREF9	2.497.061,46	9.988.245,84	12.485.307,30	
CREF10	578.591,78	2.314.367,12	2.892.958,90	
CREF11	940.754,91	3.763.019,64	4.703.774,55	
CREF12	1.496.823,99	5.987.295,96	7.484.119,95	1.448.136,81

CREF13	2.342.104,52	9.368.418,08	11.710.522,60	1.913.461,76
CREF14	1.195.997,88	4.783.991,52	5.979.989,40	1.428.285,14
CREF15	432.678,48	1.730.713,92	2.163.392,40	172.291,52
CREF16	721.685,13	2.886.740,52	3.608.425,65	
CREF17	790.959,54	3.163.838,16	3.954.797,70	
CREF18	1.164.801,85	4.659.207,40	5.824.009,25	930.791,68
CREF19	432.750,68	1.731.002,72	2.163.753,40	
CREF20	396.588,38	1.586.353,52	1.982.941,90	3.146,45
CREF21	455.671,04	1.822.684,16	2.278.355,20	
CREF22	329.963,06	1.319.852,24	1.649.815,30	1.613.012,27
<b>TOTAL</b>	<b>36.336.415,10</b>	<b>145.345.660,40</b>	<b>181.682.075,50</b>	<b>16.091.872,38</b>

Percentual da arrecadação com cartões

9%

CREFs	2024 - Somente anuidades			
	A	B	C	D
	20% CONFEF	80% CREF	Total	Receita de cartões
CREF1	4.150.715,49	16.602.861,96	20.753.577,45	-
CREF2	2.708.328,95	10.833.315,80	13.541.644,75	-
CREF3	2.735.550,12	10.942.200,48	13.677.750,60	4.329.054,00
CREF4	6.020.976,92	24.083.907,68	30.104.884,60	30.755.022,00
CREF5	1.177.020,45	4.708.081,80	5.885.102,25	2.462.765,00
CREF6	3.252.761,14	13.011.044,56	16.263.805,70	3.185.153,00
CREF7	1.040.019,95	4.160.079,80	5.200.099,75	524.069,90
CREF8	1.001.070,32	4.004.281,28	5.005.351,60	773.768,00
CREF9	2.627.283,30	10.509.133,20	13.136.416,50	2.289.662,00
CREF10	627.787,63	2.511.150,52	3.138.938,15	-
CREF11	1.090.467,49	4.361.869,96	5.452.337,45	-
CREF12	1.334.212,06	5.336.848,24	6.671.060,30	2.341.895,00

CREF13	1.744.439,04	6.977.756,16	8.722.195,20	2.294.102,00
CREF14	1.249.938,64	4.999.754,56	6.249.693,20	1.660.205,00
CREF15	569.839,28	2.279.357,12	2.849.196,40	255.353,70
CREF16	782.333,90	3.129.335,60	3.911.669,50	-
CREF17	879.411,94	3.517.647,76	4.397.059,70	-
CREF18	1.423.028,65	5.692.114,60	7.115.143,25	812.743,30
CREF19	632.464,78	2.529.859,12	3.162.323,90	167.256,20
CREF20	384.003,90	1.536.015,60	1.920.019,50	146.058,20
CREF21	664.887,97	2.659.551,88	3.324.439,85	185.199,70
CREF22	1.355.284,99	5.421.139,96	6.776.424,95	2.992.440,00
<b>TOTAL</b>	<b>37.451.826,91</b>	<b>149.807.307,64</b>	<b>187.259.134,55</b>	<b>55.174.747,00</b>

Percentual da arrecadação com cartões

**29%**

Arrecadação com cartão de crédito	Projeção		
	2025	2026 (E)	Arredondamento (F)
2024	50%	60%	13%
R\$ 55.174.747,00	R\$ 82.762.120,50	R\$ 132.419.392,80	R\$ 17.580.607,20
		<b>(E+F)</b>	R\$ 150.000.000,00

**Legenda:**

A: Mapa da Receita do CONFEEF (20%)

B: Proporção referente à receita do CONFEEF (A\*4)

C: Total da arrecadação de anuidades (A+B)

D: 100% Receita de cartões de crédito (cf extratos bancários dos CREFs)

E: Percentual de Projeção para o ano de 2026

F: Percentual de Arredondamento do valor para o ano de 2026.

**9.2. Quantidade de bens e serviços**

A seguir, tratando exclusivamente de um recurso material destinado à operacionalização da Solução, informa-se a respeito das necessidades do sistema



CONFEEF/CREFs de terminais de pagamento dos tipos Pin Pad (TEF) e POS a serem distribuídos entre os Conselhos Regionais, para pagamentos realizados em atendimentos presenciais, em complemento à possibilidade de pagamento eletrônico proporcionada pelo e-commerce.

Em relação à quantidade de terminais de pagamento dos tipos Pin Pad (para operações via TEF) e POS, a serem disponibilizados nos postos de atendimento presencial dos Conselhos Regionais de Educação Física, não é possível estimar o quantitativo neste momento, tendo em vista que a adesão ao uso desses equipamentos será facultativa por parte dos Conselhos Regionais.

A intenção institucional, contudo, é que todo o Sistema CONFEEF/CREFs possa adotar a Solução (atualmente são 22 (vinte e dois) CREFs, com previsão de criação de 5 (cinco) novos Conselhos Regionais em 2026), de modo a padronizar e modernizar a arrecadação em todo o Sistema.

Em relação aos terminais móveis, do tipo POS, a quantidade exigida será direcionada à manutenção eventual de programas em que sejam realizados atendimentos fora das dependências do CREFs, tais como mutirões de parcelamento, eventos de conciliação, etc.

E por último, em relação ao e-commerce, deverá ser fornecido o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 135 (sessenta) terminais TEF (fixo) e POS (móvel).

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **10.1. Valor estimado:**

O valor estimado da contratação é de (R\$): R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais, para o período de 12 (doze) meses.

### **10.2. Metodologia de estimativa e parâmetros adotados**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços fundamentada na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, tendo sido utilizados os seguintes parâmetros, nos termos do art. 5º:

I- Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;;

II- Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV. Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

O método estatístico adotado para obtenção do preço foi o seguinte critério: média e mediana.

### 10.3. Resultado da pesquisa de preços

Após realizada pesquisa de mercado os valores coletados para o presente processo de aquisição/contratação são:

Item	Especificação	CATSER	UNID. MEDIDA							EMPRESAS			
				Coren - DF Pregão 90005/2025		Coren - AL Pregão 90001/2025		Conselho Federal de Odontologia Contrato 023/2025		Parcelamos Tudo		Multipagamentos Serviços Digitais	
				Tx.	Prazo	Tx.	Prazo	Tx.	Prazo	Tx.	Prazo	Tx.	Prazo
1	Débito à vista	21300	Porcentagem	0,80%	-	1,00%	-	1,49%	-	2,96%	-	1,99%	D+2
2	Crédito à Vista	21300	Porcentagem	1,23%	-	2,20%	-	2,35%	-	3,30%	-	2,99%	D+32
3	Crédito parcelado de 2x a 6x	21300	Porcentagem	2,51%	-	2,40%	-	2,85%	-	3,80%	-	3,99%	D+32,D+62,D+
4	Crédito parcelado de 7x a 12x	21300	Porcentagem	2,70%	-	2,40%	-	3,09%	-	4,16%	-	3,99%	D+32,D+62,D+
5	Aluguel de máquinas de cartão	21300	Unidade	Isento	Isento	-	-	-	-	-	-	R\$ 89,90	Pos/Mês

### 10.4. Estimativa final do valor da contratação

Considerando os valores apurados em pesquisa de mercado seguem os percentuais médio por especificação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MÉDIA
1	Débito à vista	Porcentagem	1,6480 %
2	Crédito à vista	Porcentagem	2,4140 %
3	Crédito parcelado de 2x a 6x	Porcentagem	3,1100 %
4	Crédito parcelado de 7x a 12x	Porcentagem	3,2680 %

Cabe informar que:

- o valor estimado de arrecadação anual informado no Item 9 deste documento,

obteve-se o valor aproximado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) por ano, correspondente à estimativa global da despesa decorrente da contratação da solução de pagamento eletrônico.

Ressalta-se que o valor estimado possui caráter meramente referencial, podendo sofrer variações em função do comportamento efetivo da arrecadação, do perfil das transações realizadas e das taxas efetivamente ofertadas no processo licitatório.

## 11. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Não foram vislumbradas soluções concorrentes para atingimento dos objetivos do CONFEEF. Isto é, o objeto contratual permitirá a realização de transações a débito e a crédito por meio da utilização de terminais físicos de pagamentos e e-commerce.

## 12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da Solução como um todo abrange a prestação de serviços de captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação financeira das transações realizadas por meio de cartões de crédito e débito, à vista e parcelado, de recebíveis das anuidades, multas e demais taxas devidas pelos profissionais e empresas registradas nos CREFs, com o fornecimento de Solução tecnológica para a realização das transações financeiras e de terminais de pagamento para captura de transações, em regime de comodato, pelo período de 30 (trinta) meses.

Os serviços contratados deverão ser prestados de acordo com todos os normativos do sistema financeiro nacional, especialmente às Resoluções do Banco Central do Brasil (Bacen), relacionadas a meios de pagamento, bem como as demais especificações técnicas relativas à parte de negócio e tecnológica definidos neste documento.

A Contratada deverá proporcionar todos os meios tecnológicos para a efetiva operacionalização dos serviços contratados, a exemplo de terminais de pagamento dos tipos 'TEF' e 'POS', bem como APIs/Webservices, sem custos adicionais, conforme especificações técnicas deste instrumento.

Não serão admitidas cobranças adicionais pelo uso de qualquer Solução tecnológica disponibilizada pela Contratada, bem como pela utilização de terminais de pagamento, que deverão ser fornecidos em regime de comodato, com custos de fornecimento e manutenção integralmente suportados pela Contratada.

Não foram vislumbradas soluções concorrentes para atingimento dos objetivos do CONFEEF. Isto é, o objeto contratual permitirá a realização de transações a débito e a crédito por meio da utilização de terminais físicos de pagamentos e e-commerce.

### **13. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

O uso de soluções com bipartição automática otimiza a gestão financeira, evita atrasos nos repasses, garante a rastreabilidade das operações e facilita a prestação de contas. O modelo é compatível com os princípios da legalidade e eficiência, de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal e segue as melhores práticas de governança digital e financeira, conforme Decreto nº 10.540/2020 e IN SEGES nº 5/2017.

Alternativas Consideradas:

- Alternativa 1 – Repasse manual: maior risco operacional, suscetível a falhas e inconsistências contábeis.
- Alternativa 2 – Desenvolvimento de solução interna: inviável economicamente e com alto custo de manutenção.
- Alternativa 3 (escolhida) – Contratação de empresa especializada: solução escalável, segura, com funcionalidades consolidadas e suporte técnico.

#### 14. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação.

Contudo, considerando que a solução de pagamento eletrônico a ser contratada envolve a prestação integrada e contínua de serviços de captura, processamento, liquidação de transações financeiras, fornecimento de equipamentos (POS, mPOS, PINPADs), gateway de pagamento, integração com sistemas dos Conselhos Regionais e do CONFEE, além de suporte técnico e assistência técnica, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente viável nem economicamente vantajoso.

A divisão do objeto comprometeria a padronização, a interoperabilidade entre os sistemas, a uniformidade dos procedimentos de arrecadação e repasse de valores, bem como dificultaria o gerenciamento e a fiscalização contratual.

Além disso, conforme previsto no art. 47, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, verificou-se que o parcelamento implicaria risco à obtenção do melhor resultado para a Administração, uma vez que a contratação de diferentes empresas para partes distintas do objeto poderia gerar descompassos técnicos, incompatibilidades e aumento dos custos operacionais e administrativos.

Dessa forma, justifica-se a contratação do objeto de forma global e integrada, observando-se a economicidade, a eficiência e o interesse público.

#### 15. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Tal dispensa se fundamenta nos seguintes argumentos:

- **Adequação ao Objeto e Risco da Execução:** A natureza e as especificidades do objeto desta contratação, consistente na prestação de serviços de pagamento eletrônico (POS, mPOS, gateway/API, bipartição automática de valores, entre outros), demonstram que os riscos inerentes à sua execução são

compatíveis com os mecanismos de controle, fiscalização e penalização previstos contratualmente, não se identificando necessidade técnica que justifique a exigência de garantia adicional.

- **Princípio da Eficiência e Celeridade Processual:** A exigência de garantias, neste caso, poderia acarretar onerosidade desnecessária para os licitantes e eventual impacto na contratação de soluções tecnológicas mais atualizadas e eficientes. Considerando a finalidade institucional do CONFEF e a necessidade de pronta implementação da solução de pagamento, a dispensa da garantia contribui para a eficiência administrativa e a continuidade dos serviços prestados aos inscritos nos Conselhos Regionais.
- **Observância dos Princípios da Legalidade e da Economicidade:** A dispensa da garantia contratual está alinhada com os princípios da legalidade e da economicidade, conforme previsto na legislação, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma racional, sem comprometer o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Dessa forma, considerando o exposto, a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de pagamento eletrônico para o CONFEF e CREFs, sem a exigência de garantia contratual, está em conformidade com os dispositivos legais vigentes e com os princípios que regem a Administração Pública.

## 16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da solução de pagamento eletrônico, o CONFEF pretende alcançar diversos resultados estratégicos. Espera-se a redução dos índices de inadimplência, por meio da oferta de múltiplas formas de pagamento e maior comodidade aos usuários. Além disso, objetiva-se promover maior celeridade e precisão na apuração e conciliação das receitas, com a eliminação de etapas manuais e automatização dos processos financeiros.

Outro resultado esperado é possibilitar a cobrança de valores durante o atendimento presencial, mediante a utilização de terminais de pagamento físico (POS/mPOS), bem como facilitar a formalização de acordos financeiros, com garantia de recebimento integral dos valores mesmo em operações parceladas, uma vez que a operadora do



cartão se responsabilizará pelo repasse dos valores acordados. Por fim, busca-se ampliar a autonomia dos usuários, permitindo que os pagamentos sejam realizados diretamente pelo site ou aplicativo, sem necessidade de interação direta com colaboradores do CONFEEF ou dos CREFs.

## **17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Conjuntamente à contratação do serviço, os CREFs terão procedimentos internos complementares de conciliação das operações.

Dentre eles temos:

- a) Conciliação dos valores repassados a título de Cota-Parte ao Conselho Federal de Educação Física (CONFEEF) pelo Departamento Financeiro. De acordo com o art. 95 do Regimento Interno do Conselho Federal de Educação Física, a receita do CONFEEF será constituída de 20% (vinte por cento) dos valores relativos ao pagamento das contribuições, anuidades, taxas, serviços e multas devidas pelos Profissionais de Educação Física e pelas Pessoas Jurídicas registradas nos CREFs.
- b) Inclusão das informações de pagamento realizados nas máquinas POS no Sistema Interno do CREFs. A conciliação dos pagamentos feitos no POS é manual por não estarem integrados a um sistema. Por esse motivo, após cada pagamento realizado na máquina POS, é necessário guardar a filipeta com a indicação da referência do(s) boleto(s) ID(s) pago(s). Os dados de pagamento desta modalidade serão inseridos no sistema para a conciliação dos pagamentos, por meio de uma funcionalidade já existente no sistema.
- c) Os pagamentos realizados no TEF e Gateway serão integrados ao sistema dos CREFs através de implementação ainda não existente a ser realizada pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

## **18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não existem contratações correlatas.

## 19. IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços de pagamento eletrônico a serem contratados pelo CONFEEF, envolvendo a disponibilização de equipamentos (POS, mPOS, PINPADs), infraestrutura tecnológica e suporte técnico, apresenta, em sua essência, atividades de baixo potencial poluidor. No entanto, é importante observar que, ainda que minimizados, alguns efeitos indiretos podem ser identificados durante a instalação, manutenção, operação e substituição dos equipamentos utilizados.

- **Geração de resíduos eletrônicos (e-lixo):** A eventual substituição ou descarte de terminais de pagamento, máquinas POS/mPOS, PINPADs, SIM Cards, bobinas de papel, entre outros componentes eletrônicos, pode gerar resíduos que exigem descarte ambientalmente adequado, considerando a presença de metais, plásticos e outros materiais de difícil decomposição.
- **Consumo de energia elétrica:** A operação constante dos equipamentos necessários para captura e processamento das transações implica em consumo de energia elétrica, impactando de forma indireta a demanda energética do CONFEEF e dos CREFs.
- **Consumo de insumos e geração de resíduos:** A utilização de bobinas de papel para impressão dos comprovantes de pagamento gera resíduos sólidos periódicos, exigindo gestão adequada e destinação final apropriada.
- **Emissão de gases de efeito estufa (GEE):** As atividades de instalação, manutenção presencial dos equipamentos e atendimento técnico in loco podem gerar emissões de GEE associadas ao transporte de profissionais e materiais.
- Embora esses impactos sejam considerados de baixa magnitude, recomenda-se a adoção de medidas preventivas e mitigatórias, alinhadas aos princípios da responsabilidade socioambiental e em conformidade com as normas vigentes, incluindo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Seguem algumas práticas a serem observadas:

- **Gestão adequada de resíduos eletrônicos:** Garantir que a empresa contratada possua política de logística reversa e descarte ambientalmente correto de equipamentos, acessórios e demais componentes eletrônicos, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- **Uso de equipamentos com eficiência energética:** Priorizar o fornecimento de máquinas e terminais homologados e que possuam certificação de eficiência energética, visando à redução do consumo elétrico durante sua operação.
- **Uso racional de insumos:** Incentivar o uso de comprovantes digitais sempre que possível, reduzindo a utilização de papel e demais insumos físicos. Quando a impressão for indispensável, utilizar bobinas de papel reciclável ou proveniente de fontes certificadas.
- **Otimização do suporte técnico e deslocamentos:** Priorizar o suporte técnico remoto para solução de problemas operacionais, minimizando deslocamentos presenciais e reduzindo, assim, a emissão de GEE. Para deslocamentos indispensáveis, incentivar o uso de veículos com menor impacto ambiental.

Essas medidas visam assegurar que a contratação observe os princípios de sustentabilidade previstos na legislação aplicável e contribua para a minimização de eventuais impactos ambientais relacionados à execução dos serviços.

## 20 - ANÁLISE DE RISCOS

### 20.1. Riscos do processo de aquisição

<b>Risco</b>	Atraso no processo de aquisição		
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alta
<b>Dano</b>	Indisponibilidade ou atraso na disponibilização dos meios de pagamento, prejudicando a arrecadação de taxas e anuidades pelos CREFs e o repasse ao CONFEF.		
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Acompanhamento contínuo das etapas do processo licitatório		<ul style="list-style-type: none"><li>• Coordenadoria de Controle de</li></ul>	

	Desempenho e Finanças <ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de planejamento</li> </ul>
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de contratação direta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenadoria de Controle de Desempenho e Finanças</li> <li>Equipe de planejamento</li> </ul>

## 20.2. Riscos da solução a ser contratada

<b>Risco</b>	Baixa qualidade dos serviços prestados (interrupções, erros na bipartição ou nos repasses)		
<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Impactos financeiros decorrentes de atrasos ou erros nos repasses de valores e insatisfação dos usuários.		
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de indicadores de nível de serviço (SLA) rigorosos no contrato, incluindo penalidades por descumprimento;</li> <li>Acompanhamento e fiscalização constante da execução contratual pela Coordenação de Informática e Tecnologia;</li> <li>Exigência de comprovação de certificações de segurança e conformidade (como PCI-DSS).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenadoria de Controle de Desempenho e Finanças</li> <li>Coordenadoria de Informática e Tecnologia do CONFEEF</li> </ul>		

Ação de Contingência	Responsável
Aplicação de penalidades; Substituição dos equipamentos ou serviços defeituosos conforme previsto no contrato; Abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenadoria de Controle de Desempenho e Finanças</li> </ul>

<b>Risco</b>	Desempenho abaixo do esperado (lentidão no processamento, falhas intermitentes)		
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Médio
<b>Dano</b>	Insatisfação dos usuários, aumento de chamados técnicos e necessidade de medidas corretivas constantes.		

Ação Preventiva	Responsável
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de indicadores de nível de serviço (SLA) rigorosos no contrato, incluindo penalidades por descumprimento;</li> <li>Prever cláusulas contratuais que permitam solicitar ajustes ou substituição de equipamentos quando identificada insuficiência de capacidade ou desempenho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenadoria de Informática e Tecnologia do CONFEF</li> <li>Coordenadoria de Controle de Desempenho e Finanças</li> </ul>

Ação de Contingência	Responsável
Acionamento imediato da contratada para correção dos problemas, conforme cláusulas contratuais;	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenadoria de Controle de Desempenho e Finanças</li> </ul>

<p>Aplicação de penalidades previstas em caso de descumprimento dos níveis de serviço;</p> <p>Ativação de serviço alternativo (solução de backup ou fornecedor de contingência) caso haja paralisação prolongada;</p> <p>Comunicação transparente aos CREFs e usuários afetados, com orientações sobre procedimentos temporários enquanto perdurar a falha.</p>	
---	--

## 21. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de estudo, após a conclusão de todos os estudos técnicos preliminares aqui contidos, declara ser viável a contratação pretendida.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2026.

**Valeria dos Santos Anacleto de Melo**

Coordenadora

Coordenadoria de Controle de  
Desempenho e Finanças

**Rodolfo Maciel Diniz**

Equipe de Planejamento





---

**Ivan Pessanha Ramos Castro**  
Autoridade Máxima da Área de TIC

Aprovo,

---

**Willian Pimentel**  
Diretor Executivo